



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, novembro/2009

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

André Luiz Barreto de Paiva Filho

Eduardo Coutinho Guerra

Lúscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**EQUIPE**

Andresa Costa Biason

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Renato Nogueira Starling

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2o andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 10, outubro 2009. 30 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O resultado primário do Governo Central em outubro de 2009 foi superavitário em R\$ 11,3 bilhões, contra déficit de R\$ 7,7 bilhões obtido em setembro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 14,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 2,8 bilhões e de R\$ 69,4 milhões, respectivamente.

*O resultado primário do Governo Central em outubro de 2009 foi superavitário em R\$ 11,3 bilhões, contra déficit de R\$ 7,7 bilhões obtido em setembro.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2008-2009**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	SET 2009	OUT 2009	JAN-OUT 2008 2009	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>53.553,9</b>	<b>69.488,6</b>	<b>592.049,3</b>	<b>585.562,0</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>39.277,9</b>	<b>54.445,9</b>	<b>463.690,3</b>	<b>444.212,1</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	40.276,1	55.803,9	473.731,4	453.554,0
I.1.2. (-) Restituições	-998,1	-1.358,0	-10.041,1	-9.287,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-54,8
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>14.091,0</b>	<b>14.864,9</b>	<b>126.831,9</b>	<b>139.608,4</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	13.727,8	14.496,9	122.763,9	135.887,1
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	363,2	368,0	4.068,1	3.721,3
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>185,0</b>	<b>177,8</b>	<b>1.527,0</b>	<b>1.741,5</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>8.111,1</b>	<b>10.946,5</b>	<b>104.298,2</b>	<b>101.611,1</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>45.442,8</b>	<b>58.542,1</b>	<b>487.751,1</b>	<b>483.950,9</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>53.173,7</b>	<b>47.263,1</b>	<b>391.899,2</b>	<b>456.382,9</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>29.663,0</b>	<b>29.376,8</b>	<b>229.457,7</b>	<b>273.052,6</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	11.701,8	11.746,6	102.513,0	121.383,3
IV.1.2. Custeio e Capital	17.859,1	17.526,1	126.154,0	150.735,8
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.347,3	2.462,8	17.736,6	23.180,3
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	908,0	1.478,0	3.737,1	3.417,6
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.610,9	1.628,5	13.265,8	15.670,5
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	12.992,8	11.956,6	91.414,5	108.467,4
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	9.691,5	8.583,3	71.382,6	84.527,1
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	3.301,3	3.373,3	20.031,9	23.940,3
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	102,1	104,1	790,7	933,5
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>23.263,8</b>	<b>17.639,1</b>	<b>160.551,4</b>	<b>181.116,6</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	18.602,7	14.152,4	128.515,8	144.972,1
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.661,1	3.486,7	32.035,6	36.144,5
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>247,0</b>	<b>247,2</b>	<b>1.890,1</b>	<b>2.213,7</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>-7.731,0</b>	<b>11.279,0</b>	<b>95.851,9</b>	<b>27.568,0</b>
VI.1. Tesouro Nacional	1.503,8	14.122,6	129.934,4	69.548,4
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-9.172,8	-2.774,2	-33.719,5	-41.508,2
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-4.874,9	344,6	-5.752,0	-9.085,0
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.297,9	-3.118,8	-27.967,5	-32.423,2
VI.3. Banco Central (6)	-62,0	-69,4	-363,0	-472,2
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>3,99%</b>	<b>1,10%</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-OUT %		
DISCRIMINAÇÃO	08/07	09/08
<b>Receitas</b>	<b>18,6%</b>	<b>-1,1%</b>
Tesouro	19,1%	-4,2%
Previdência	16,6%	10,1%
<b>Transferências</b>	<b>23,3%</b>	<b>-2,6%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>17,6%</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Despesas</b>	<b>10,9%</b>	<b>16,5%</b>
Benefícios	9,0%	12,8%
Pessoal	10,1%	18,4%
Custeio e Capital	13,5%	19,5%
FAT	16,2%	30,7%
Subsídios	-37,2%	-8,6%
LOAS/RMV	18,6%	18,1%
Outras	16,0%	18,7%
Custeio	10,6%	18,4%
Capital	40,6%	19,5%
<b>PIB</b>	<b>12,3%</b>	<b>4,2%</b>

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve crescimento de R\$ 15,5 bilhões (38,6%), passando de R\$ 40,3 bilhões em setembro para R\$ 55,8 bilhões em outubro. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

i) os aumentos de R\$ 6,3 bilhões na arrecadação do IRPJ, e de R\$ 1,7 bilhão na da CSLL, refletindo o pagamento da primeira cota ou cota única referentes à apuração trimestral desses tributos encerrada em setembro e o efeito do ingresso de depósitos judiciais e extrajudiciais sobre as quais dispõe a Medida Provisória nº 468/2009 e a Portaria MF nº 510/2009; ii) o crescimento de R\$ 3,7 bilhões na conta de outras receitas, refletindo o ingresso, nessa conta, da arrecadação de depósitos judiciais e extrajudiciais em outubro e reclassificação de depósitos judiciais no mês de setembro (Medida Provisória nº 468/2009 e Portaria MF nº 510/2009); e iii) o crescimento de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações financeiras devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural.

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 10,9 bilhões em outubro, contra R\$ 8,1 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 35,0% em termos nominais. As transferências constitucionais registraram R\$ 7,4 bilhões, com aumento de 15,5% frente a setembro de 2009, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) em todo o período que constitui a base de cálculo para as transferências de outubro. As demais transferências se ampliaram em R\$ 1,4 bilhão (94,8%), especialmente em decorrência do repasse de R\$ 904,9 milhões a título de apoio financeiro aos municípios, sob o amparo da Lei nº 12.058/2009.

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS**  
BRASIL, 2009 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	SET/09	OUT/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	6.436,3	7.431,5
CIDE-Combustíveis	-	406,4
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	1.512,3	2.946,2
<b>Total</b>	<b>8.111,1</b>	<b>10.946,5</b>

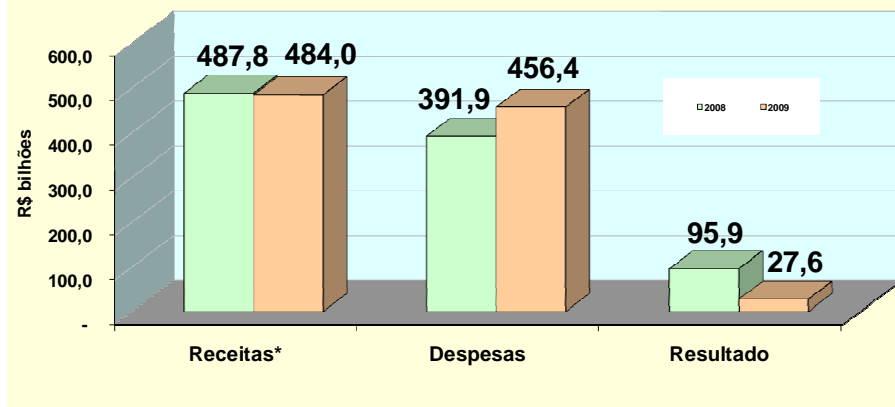
<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se o decréscimo de R\$ 286,2 milhões (1,0%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a setembro, explicada, principalmente, pela diminuição de R\$ 333,0 milhões (1,9%) dos dispêndios de custeio e capital, decorrente da redução das despesas discricionárias (R\$ 1,2 bilhão), parcialmente compensada pelo aumento de R\$ 570 milhões dos dispêndios com subsídios e subvenções econômicas.

O déficit da Previdência Social diminuiu 69,8% (R\$ 6,4 bilhões) relativamente ao apurado em setembro, passando de R\$ 9,2 bilhões para R\$ 2,8 bilhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 344,6 milhões no mês, contra déficit de R\$ 4,9 bilhões em setembro, enquanto que a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,1 bilhões em outubro enquanto, em setembro, esse valor atingiu R\$ 4,3 bilhões.

No acumulado de janeiro a outubro, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 27,6 bilhões, contra R\$ 95,9 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 0,8% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 16,5%.

*No acumulado de janeiro a outubro, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 27,6 bilhões, equivalente a 1,10% do PIB.*

**RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
 BRASIL, JAN-OUT (R\$ bilhões)

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
 BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)

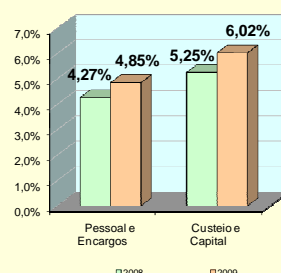
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	5,41%	2,78%
Previdência Social	-1,40%	-1,66%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
<b>Governo Central</b>	<b>3,99%</b>	<b>1,10%</b>

*A evolução das receitas do Tesouro Nacional no acumulado do ano decorreu, em grande medida, das desonerações ocorridas no período e da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis.*

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 4,3% (R\$ 20,2 bilhões) relativamente ao período de janeiro a outubro de 2008. Esse decréscimo é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) alterações na legislação tributária, especialmente em relação ao IPI; ii) redução de 11,6% na produção industrial no período de janeiro a setembro de 2009 comparativamente ao mesmo período de 2008, com impacto sobre a arrecadação do IPI; iii) compensação, no ano corrente, de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; iv) queda na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas e v) do decréscimo de R\$ 6,2 bilhões (26,8%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo.

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 19,0% em termos nominais entre janeiro e outubro de 2009, frente ao mesmo período de 2008. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 2,3 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 14,9 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde, superior em R\$ 7,3 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 2,5 bilhões. Cumpre salientar o incremento de R\$ 3,9 bilhões (19,5%) dos investimentos no acumulado de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 23,1% (R\$ 7,8 bilhões) relativamente à mesma base de comparação de 2008, alcançando R\$ 41,5 bilhões frente aos R\$ 33,7 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 12,7 bilhões (10,1%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL**


*Os investimentos cresceram 19,5% (R\$ 3,9 bilhões) no acumulado de janeiro a outubro de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008.*

*O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal, da reestruturação de carreiras dos servidores, da dinâmica das despesas discricionárias e do incremento dos gastos com investimentos.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-OUT (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	126.831,9	139.608,4	10,1%
Urbano	122.763,9	135.887,1	10,7%
Rural	4.068,1	3.721,3	-8,5%
Benefícios	160.551,4	181.116,6	12,8%
Urbano	128.515,8	144.972,1	12,8%
Rural	32.035,6	36.144,5	12,8%
<b>Res. Primário</b>	<b>-33.719,5</b>	<b>-41.508,2</b>	<b>23,1%</b>
Urbano	-5.752,0	-9.085,0	57,9%
Rural	-27.967,5	-32.423,2	15,9%

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

*A receita bruta do Tesouro Nacional aumentou 38,6% relativamente ao mês anterior, refletindo o efeito de recolhimentos sazonais de tributos e royalties e da transferência, para a conta única, de depósitos judiciais.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2009 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/09	OUT/09
<b>Impostos</b>	<b>18.453,4</b>	<b>26.120,0</b>
Imposto de Renda	12.698,2	20.041,6
IPI	2.656,2	2.997,2
Outros	3.099,0	3.081,2
<b>Contribuições</b>	<b>18.158,9</b>	<b>20.895,5</b>
Cofins	10.260,1	11.016,8
CPMF	39,0	5,7
CSLL	3.306,2	5.040,0
Cide - Combustíveis	609,6	618,2
Outras	3.944,1	4.214,8
<b>Demais</b>	<b>3.663,7</b>	<b>8.788,5</b>
Cota parte	1.156,9	3.712,9
Diretamente Arrecadada	1.772,8	1.599,1
Dividendos da União	37,9	27,5
Concessões	1.150,1	174,7
Outras	(453,9)	3.274,3
<b>Total Bruto</b>	<b>40.276,1</b>	<b>55.803,9</b>

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

R\$ 20,6 bilhões (12,8%) em decorrência do aumento de 9,6% no valor médio de benefícios pagos, consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 989,3 milhões (20,7%) no pagamento de precatórios judiciais relativos a benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 9,1 bilhões, que corresponde a 21,9% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 32,4 bilhões (78,5% do déficit do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 55,8 bilhões em outubro contra R\$ 40,3 bilhões verificados em setembro de 2009 (crescimento de 38,6%). Este comportamento é explicado pelos incrementos de R\$ 7,7 bilhões nas receitas advindas de impostos, de R\$ 5,1 bilhões nas demais receitas do Tesouro e de R\$ 2,7 bilhões na arrecadação de contribuições.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 26,1 bilhões e as de contribuições R\$ 20,9 bilhões em outubro, apresentando, respectivamente, crescimentos de R\$ 7,7 bilhões (41,5%) e de R\$ 2,7 bilhões (15,1%) em relação aos valores apurados em setembro. Essa evolução reflete: i) os aumentos de R\$ 6,3 bilhões na arrecadação do IRPJ, e de R\$ 1,7 bilhão na da CSLL, como consequência do pagamento da primeira cota ou cota única referentes à apuração trimestral desses tributos encerrada em setembro, além do efeito do ingresso de depósitos judiciais e extrajudiciais sobre as quais dispõe a Medida Provisória nº 468/2009 e a Portaria MF nº 510/2009; e ii) o incremento de 1,0 bilhão na receita do IRRF.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 8,8 bilhões no mês contra R\$ 3,7 bilhões registrados em setembro de 2009, apresentando crescimento de R\$ 5,1 bilhões (139,9%). As principais variações nesse grupo foram i) o aumento de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação de outras receitas decorrente do ingresso, nessa conta, da arrecadação de depósitos judiciais e extrajudiciais em outubro e reclassificação de depósitos judiciais no mês de setembro (Medida Provisória nº 468/2009 e Portaria MF nº 510/2009); ii) o crescimento de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações financeiras devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural; iii) da queda de R\$ 975,4 bilhões na arrecadação de concessões, em função da arrecadação de R\$ 1,1 bilhão relativa a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular ocorrida em setembro, sem correspondente em outubro.

De janeiro a outubro de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 453,6 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 20,2 bilhões (4,3%) ao ser comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,1%, contra 19,7% no período de janeiro a outubro de 2008.

A variação na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- decréscimo de R\$ 8,4 bilhões (25,6%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Bebidas, em função da alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis nºs 11.774/2008, 11.727/2008 e 11.827/2008 e Decreto nº 6.707/08; ii) IPI – Automóveis, decorrente da alteração das alíquotas do imposto para os fatos geradores de janeiro a dezembro de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12 de dezembro de 2008, conforme Decretos nºs 6.687/2008, 6.809/2009 e 6.890/2009; iii) IPI – Vinculado à importação, decorrente da redução de 30,0% no valor em dólar das importações, da elevação de 17,6% na taxa média de câmbio e da elevação de 3,2% da alíquota média efetiva do tributo; e iv) IPI – Outros, devido à queda de 11,6% na produção industrial no acumulado de janeiro a setembro de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes dos Decretos nºs 6.696, 6.809, 6.823, 6.825, 6.826 e 6.890, todos de 2009;
- decréscimo de R\$ 7,1 bilhões (7,1%) na arrecadação da Cofins e de R\$ 704,4 milhões (2,7%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 3,9 bilhões, nos meses de janeiro a outubro de 2009; e ii) as desonerações promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009 e 12.024/2009 e pela Medida Provisória nº 465/2009.
- queda de R\$ 3,9 bilhões (5,2%) na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas no acumulado do ano, parcialmente compensada pelo ingresso de depósitos judiciais sobre o qual dispõem a Medida Provisória nº 468/2009 e a Portaria MF nº 510/2009.
- decréscimo de R\$ 1,9 bilhão (11,2%) na arrecadação do IOF decorrente da alteração das alíquotas em conformidade com as desonerações reguladas pelos Decretos nºs 6.391, 6.453, 6.566, 6.613, 6.655 e 6.691, todos de 2008;
- decréscimo de R\$ 1,6 bilhão (31,3%) na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão;

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Impostos</b>	<b>223.037,5</b>	<b>209.435,9</b>
Imposto de Renda	159.288,1	156.687,7
IPI	32.745,5	24.348,4
Outros	31.003,9	28.399,8
<b>Contribuições</b>	<b>181.180,1</b>	<b>171.671,1</b>
Cofins	100.520,0	93.427,2
CPMF	1.126,3	183,9
CSLL	38.271,3	37.727,1
Cide - Combustíveis	5.176,5	3.556,5
Outras	36.086,0	36.776,3
<b>Demais</b>	<b>69.513,8</b>	<b>72.446,9</b>
Cota parte	23.059,6	16.873,9
Diretamente Arrecadada	18.930,8	20.087,0
Dividendos da União	12.863,0	18.301,2
Concessões	4.726,3	2.973,4
Outras	9.934,1	14.211,3
<b>Total Bruto</b>	<b>473.731,4</b>	<b>453.554,0</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Impostos</b>	<b>9,28%</b>	<b>8,37%</b>
Imposto de Renda	6,63%	6,26%
IPI	1,36%	0,97%
Outros	1,29%	1,13%
<b>Contribuições</b>	<b>7,54%</b>	<b>6,86%</b>
Cofins	4,18%	3,73%
CPMF	0,05%	0,01%
CSLL	1,59%	1,51%
Cide - Combustíveis	0,22%	0,14%
Outras	1,50%	1,47%
<b>Demais</b>	<b>2,89%</b>	<b>2,89%</b>
Cota parte	0,96%	0,67%
Diretamente Arrecadada	0,79%	0,80%
Dividendos da União	0,54%	0,73%
Concessões	0,20%	0,12%
Outras	0,41%	0,57%
<b>Total Bruto</b>	<b>19,71%</b>	<b>18,12%</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

*A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na incidência de tributos e contribuições.*



- f) elevação de R\$ 1,9 bilhão (2,6%) no IRRF, principalmente devido: i) ao aumento de R\$ 1,3 bilhão (19,3%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pela elevação de 17,6% da taxa média de câmbio em relação ao mesmo período do ano anterior; e ii) ao crescimento de R\$ 887,1 milhões (2,2%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial e da alteração da tabela de incidência do tributo em conformidade com a Lei nº 11.945/2009.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Demais</b>	<b>69.513,8</b>	<b>72.446,9</b>
Cota parte	23.059,6	16.873,9
Plano do Servidor (CPSS)	6.080,4	7.060,5
Diretamente Arrecadada	18.930,8	20.087,0
Dividendos da União	12.863,0	18.301,2
Concessões	4.726,3	2.973,4
Outras	3.853,7	7.150,8

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 2,9 bilhões (4,2%) em relação ao período de janeiro a outubro de 2008, decorrente: i) do incremento de R\$ 5,4 bilhões das receitas de dividendos; ii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R\$ 1,2 bilhão, sobretudo em função da arrecadação da contribuição sobre a receita de concessão e permissão de energia elétrica em 2009, sem correspondência em 2008; iii) do acréscimo de R\$ 3,3 bilhões em outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos depósitos da rede bancária para a conta Única do Tesouro Nacional; iv) do decréscimo de R\$ 6,2 bilhões (26,8%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo; e v) da queda de R\$ 1,8 bilhão (37,1%) no volume arrecadado proveniente de concessões.

## Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/09	OUT/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	6.436,3	7.431,5
CIDE-Combustíveis	-	406,4
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	1.512,3	2.946,2
<b>Total</b>	<b>8.111,1</b>	<b>10.946,5</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

Em outubro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 10,9 bilhões, contra R\$ 8,1 bilhões no mês anterior, apresentando redução de 35,0%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 7,4 bilhões, com aumento de R\$ 995,1 milhões (15,5%) frente a setembro, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), em todo o período que constitui a base de cálculo para as transferências de outubro (terceiro decêndio de setembro a segundo de outubro). As demais transferências aumentaram R\$ 1,4 bilhão (94,8%), especialmente em decorrência do repasse de R\$ 904,9 milhões a título de apoio financeiro aos municípios, sob o amparo da Lei nº 12.058/2009.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Set	Out
Terceiro Decêndio	7.837,8	8.213,5
Primeiro Decêndio	1.234,0	1.814,6
Segundo Decêndio	4.870,4	6.207,6
<b>Total</b>	<b>13.942,1</b>	<b>16.235,7</b>

Na comparação entre o acumulado de janeiro a outubro de 2009 frente ao mesmo período de 2008, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, redução de R\$ 2,7 bilhões (2,6%), atingindo a marca de R\$ 101,6 bilhões. Tal desempenho é explicado: i) pela redução de R\$ 4,8 bilhões (5,9%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008; ii) pela queda de R\$ 3,0 bilhões (24,7%) nas transferências relativas aos *royalties* e participações especiais da Lei nº 9.478/1997, em função da queda do preço internacional do petróleo; iii) pela diminuição de R\$ 616,5 milhões (39,0%) nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, às alterações promovidas por meio do Decreto nº 6.446/2008 e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	81.167,9	76.368,2
CIDE - Combustíveis	1.578,9	962,4
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	2.291,1	3.575,0
Demais	19.260,3	20.705,4
<b>Total</b>	<b>104.298,2</b>	<b>101.611,1</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro



aproximadamente R\$ 1,0 bilhão; iv) pelo aumento de R\$ 1,3 bilhão de transferência a título de auxílio financeiro sob amparo da Medida Provisória nº 464/2009 (compensação da Lei Complementar nº 87/1996 – Lei Kandir); v) pelo aumento de R\$ 2,0 bilhões das transferências relativas ao Fundeb decorrente dos valores desse repasse estabelecidos pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/09; e vi) pelo incremento de R\$ 2,0 bilhões em outras transferências, em virtude do pagamento de R\$ 1,9 bilhão relativo a apoio financeiro aos Municípios, sem correspondência em 2008 (MP nº 462/2009 e Lei nº 12.058/2009).

Em outubro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 29,4 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 286,2 milhões (1,0%) relativamente a setembro. Contribuíram para este resultado a redução de R\$ 333,0 milhões (1,9%) registrada na despesa de Custeio e Capital.

A redução observada nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, ao decréscimo de Outras Despesas de Custeio e Capital, R\$ 1,0 bilhão (8%). Em contrapartida, as despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas aumentaram R\$ 570,0 milhões (62,8%), enquanto as despesas do FAT aumentaram R\$ 115,6 milhões (4,9%).

No caso das despesas do FAT, verificou-se pagamento no montante de R\$ 873,8 milhões em benefícios de abono salarial PIS/Pasep, contra R\$ 825,7 milhões no mês anterior (aumento de 5,8%), conforme calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009. Por sua vez, os gastos com seguro desemprego atingiram R\$ 1,5 bilhão, em outubro, desempenho 3,9% superior ao mês de setembro.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o aumento decorreu, principalmente, nas despesas com o Programa Aquisição do Governo Federal – AGF de R\$ 791,1 milhões (372,6 %). Por outro lado, houve redução no Reordenamento de passivos em R\$ 138,8 milhões (100,0%) e nas despesas com o Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf de R\$ 74,8 milhões (40,4%).

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, registrou-se diminuição de R\$ 1,0 bilhão (8,0%) relativamente a setembro, concentrado principalmente nas despesas discricionárias, que reduziram no montante de R\$ 1,2 bilhão (11,0%). Destacaram-se principalmente a redução nos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 347,4 milhões), da Educação (R\$ 199,1 milhões), e da Defesa (R\$ 194,5 milhões). Por outro lado, a execução das outras despesas obrigatórias teve desempenho superior em R\$ 90,3 milhões, em decorrência, principalmente, das indenizações e restituições ao PROAGRO em R\$ 50,0 milhões. Ademais, os gastos com o Projeto

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/09	OUT/09
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>11.701,8</b>	<b>11.746,6</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>17.859,1</b>	<b>17.526,1</b>
Despesas do FAT	2.347,3	2.462,8
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	908,0	1.478,0
LOAS/RMV	1.610,9	1.628,5
Outras	12.992,8	11.956,6
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>102,1</b>	<b>104,1</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	SET/09	OUT/09
<b>Agricultura</b>	<b>585,3</b>	<b>1.273,4</b>
Custeio Agropecuário	2,4	2,0
Investimento Rural	23,2	-1,8
Preços Agrícolas	290,5	1.030,3
- EGF	0,0	0,1
- AGF	212,3	1.003,4
- Sustent. de preços	76,2	26,8
Pronaf	185,3	110,5
Pesa	0,9	1,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	81,4	130,2
FUNCAFÉ	1,6	1,2
Revitaliza	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>-22,4</b>	<b>-9,1</b>
Habituação (PSH)	11,2	3,4
FND	-1,6	-2,6
Exportação (Proex)	-32,1	-9,8
<b>Total</b>	<b>562,8</b>	<b>1.264,3</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/09	OUT/09
Sentenças Judiciais	17,4	17,0
Legislativo	84,9	73,6
Judiciário	356,7	347,5
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	379,8	186,8
PPI <sup>2</sup>	1.539,9	1.795,0
Outras <sup>3</sup>	31,0	121,3
Discricionárias	10.583,0	9.415,5
d/q Min. da Saúde	3.936,8	3.944,1
Min. do Des. Social	1.322,3	974,9
Min. da Educação	1.426,7	1.227,5
Min. da Defesa	849,2	654,7
Min. da Ciência e Tec.	390,0	332,1
Min. do Des. Agrário	253,1	308,6
Min. da Justiça	282,3	195,4
Min. da Previdência	157,1	150,5
Min. dos Transportes	99,4	69,6
Min. das Cidades	125,6	122,6
Demais	1.740,5	1.435,2
<b>Total</b>	<b>12.992,8</b>	<b>11.956,6</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº

<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Piloto de Investimentos cresceram R\$ 255,1 milhões (16,6%) em relação ao mês anterior.

### Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,91% do PIB, contra 9,55% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 43,6 bilhões (19,0%) em relação a 2008, destacando-se os incrementos de R\$ 24,6 bilhões (19,5%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 18,9 bilhões (18,4%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registram aumento de 0,58 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,27% em 2008, para 4,85% em 2009. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 48,0 milhões (2,5%) enquanto no Poder Executivo houve acréscimo de R\$ 1,3 bilhão (15,7%). Parte do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por sua vez, os precatórios e sentenças judiciais de pessoal apresentaram uma redução de R\$ 45,3 milhões (29,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,25% para 6,02% do PIB, (acrécimo de 0,77 p.p.), impulsionados pelo incremento de 0,53 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital', acréscimo de 0,19 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego, e gastos operacionais do FAT e 0,07 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV, não obstante a queda de 0,02 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R\$ 23,2 bilhões nos dez primeiros meses de 2009, contra R\$ 17,7 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo, mas também do número de beneficiários identificados.

Até outubro de 2009, as despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 3,4 bilhões, contra R\$ 3,7 bilhões em 2008, decréscimo de R\$ 319,5 milhões, (8,6%). A redução concentrou-se nos retornos líquidos no âmbito do FND, que passaram de R\$ 1,3 bilhão, em 2008, para R\$ 4,2 bilhões em 2009 (217,7%). No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda nas despesas relativas aos seguintes Programas: i) Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 507,0 milhões); ii) Custeio Agropecuário, (R\$ 189,8 milhões); iii) Investimento Rural, (R\$ 121,7 milhões); e, iv) Sustentação de Preços, (R\$ 42,1 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,4 bilhões (18,1%) em relação ao acumulado até outubro de 2008. Essa variação é explicada pelo reajuste de 9,21% e 12,05% do salário mínimo nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>9,55%</b>	<b>10,91%</b>
Pessoal e Encargos	4,27%	4,85%
Custeio e Capital	5,25%	6,02%
Despesas do FAT	0,74%	0,93%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,16%	0,14%
LOAS/RMV	0,55%	0,63%
Outras	3,80%	4,33%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2008	2009
<b>Agricultura</b>	<b>2.461,5</b>	<b>4.456,2</b>
Custeio Agropecuário	382,8	193,0
Investimento Rural	28,1	-93,6
Preços Agrícolas	455,4	3.116,4
- EGF	4,2	11,3
- AGF	-365,5	2.330,4
- Sustent. de preços	816,8	774,7
Pronaf	728,6	221,6
Pesa	256,1	256,5
Cacau	0,0	0,7
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	591,9	682,1
FUNCAFÉ	18,5	46,7
Revitaliza	0,0	32,8
<b>Outros</b>	<b>-943,7</b>	<b>-4.027,4</b>
Habitação (PSH)	283,4	193,3
FND	-1.335,6	-4.242,8
Exportação (Proex)	108,5	22,1
<b>Total</b>	<b>1.517,8</b>	<b>428,9</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com

pagos, que foi de 9,0% no período de janeiro a outubro de 2009 relativamente a 2008 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,5 milhão foi destinado aos idosos e 1,6 milhão aos portadores de necessidades especiais.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2009						
	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-out/01	1.281.573	-	439.563	-	842.010	-
média jan-out/02	1.435.654	12%	521.824	19%	913.830	9%
média jan-out/03	1.619.263	13%	620.997	19%	998.266	9%
média jan-out/04	1.869.134	15%	800.433	29%	1.068.702	7%
média jan-out/05	2.155.104	15%	991.465	24%	1.163.640	9%
média jan-out/06	2.373.030	10%	1.122.420	13%	1.250.610	7%
média jan-out/07	2.556.288	8%	1.229.427	10%	1.326.860	6%
média jan-out/08	2.788.243	9%	1.348.735	10%	1.439.508	8%
média jan-out/09	3.032.023	9%	1.477.799	10%	1.554.224	8%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 17,0 bilhões (18,7%) até outubro em relação ao exercício anterior destacando-se os gastos discricionários com aumento de R\$ 14,9 bilhões (20,2%) e o Projeto Piloto de Investimento com R\$ 4,3 bilhões (78,0%). Responderam, principalmente, pelo crescimento dos gastos discricionários, os Ministério da Saúde (R\$ 7,3 bilhões), da Educação (R\$ 2,0 bilhões), da Defesa (R\$ 1,6 bilhão), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 941,50 milhões), e da Previdência Social (R\$ 708,0 milhões). Destaca-se que os investimentos totais atingiram R\$ 23,9 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 3,9 bilhões (19,5%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.

O montante pago de restos a pagar (RP) até outubro de 2009, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 15,4 bilhões, equivalentes a 47,7% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 51,2% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 7,7 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 36,3% do total de restos a pagar de investimento do ano. Do total dos RP pagos, os principais desempenhos concentraram-se principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 3,8 bilhões), da Educação (R\$ 2,6 bilhões), da Defesa (R\$ 1,5 bilhões) e das Cidades (R\$ 1,0 bilhão).

Em outubro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,8 bilhões, inferior em R\$ 6,4 bilhões ao registrado em setembro (69,8%). Essa redução se deve ao fato de o pagamento de setembro ter sido

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.483,0	1.712,8
Legislativo	888,2	866,7
Judiciário	3.642,2	3.581,8
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	5.348,4	2.807,1
PPI <sup>2</sup>	5.523,0	9.828,3
Outras <sup>3</sup>	816,3	1.081,5
Discricionárias	73.713,3	88.589,1
d/q Min. da Saúde	32.315,1	39.614,7
Min. do Des. Social	10.382,4	11.323,9
Min. da Educação	8.086,5	10.056,0
Min. da Defesa	4.810,6	6.378,3
Min. da Ciência e Tec.	2.485,0	2.900,0
Min. do Des. Agrário	1.389,6	1.804,7
Min. da Justiça	1.296,3	2.004,4
Min. da Previdência	978,3	1.280,1
Min. dos Transportes	1.112,9	795,4
Min. das Cidades	1.457,5	789,8
Demais	9.399,0	11.641,7
<b>Total</b>	<b>91.414,3</b>	<b>108.467,4</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit orçamentário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 10.172/2001.

<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

*Até outubro de 2009, os gastos com investimentos do governo federal apresentaram incremento de R\$ 3,9 bilhões (19,5%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.*



**Previdência Social**

impactado pela antecipação de metade do abono anual correspondente à gratificação natalina à maior parte dos segurados e dependentes da Previdência Social. No acumulado do ano, observou-se um crescimento do déficit no montante de R\$ 7,8 bilhões (23,1%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

*Em outubro de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,8 bilhões. No acumulado de janeiro a outubro, o déficit atingiu R\$ 41,5 bilhões, equivalentes a 1,66% do PIB.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-OUT (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	126.831,9	139.608,4	10,1%
Urbano	122.763,9	135.887,1	10,7%
Rural	4.068,1	3.721,3	-8,5%
Benefícios	160.551,4	181.116,6	12,8%
Urbano	128.515,8	144.972,1	12,8%
Rural	32.035,6	36.144,5	12,8%
<b>Res. Primário</b>	<b>-33.719,5</b>	<b>-41.508,2</b>	<b>23,1%</b>
Urbano	-5.752,0	-9.085,0	57,9%
Rural	-27.967,5	-32.423,2	15,9%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-OUT			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,4	23,1	3,3%
Valor médio RGPS**	631,7	692,2	9,6%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1.00

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2008-2009**

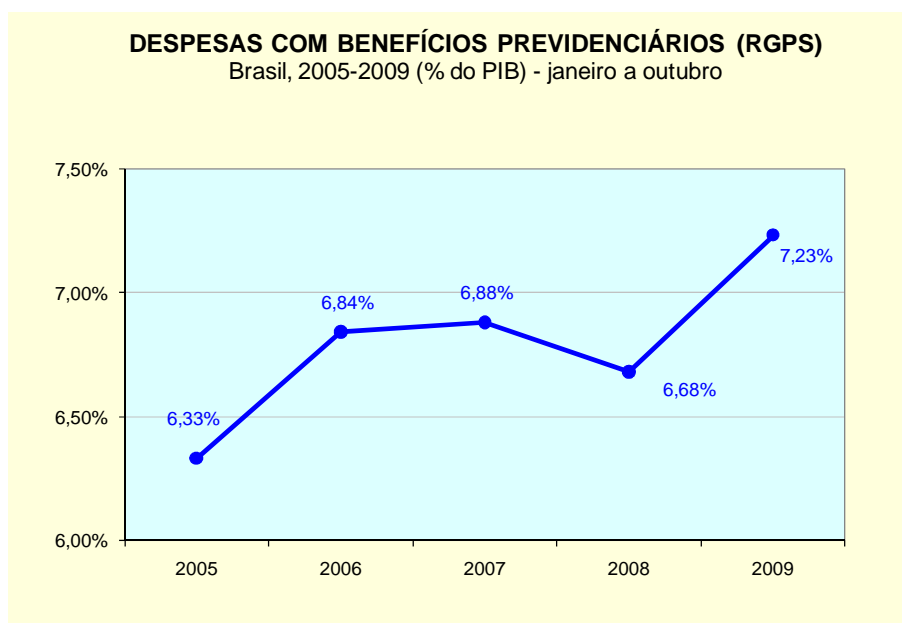
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	SET	OUT	JAN-OUT	
	2009	2009	2008	2009
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>14.091,0</b>	<b>14.864,9</b>	<b>126.831,9</b>	<b>139.608,4</b>
Arrecadação Bruta	15.679,4	16.388,6	141.342,0	155.575,7
- Contribuição Previdenciária	14.355,2	14.773,3	130.805,0	142.485,1
- Simples	1.168,7	1.196,8	8.785,5	10.396,4
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,0
- CFT	57,8	86,0	451,8	625,4
- Depósitos Judiciais	76,4	312,0	1.044,3	1.870,8
- Refis	21,2	20,5	255,4	198,2
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-64,1	-25,5	-368,1	-446,0
(-) Transferências a Terceiros	-1.524,3	-1.498,2	-14.142,0	-15.521,3
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>23.263,8</b>	<b>17.639,1</b>	<b>160.551,4</b>	<b>181.116,6</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-9.172,8</b>	<b>-2.774,2</b>	<b>-33.719,5</b>	<b>-41.508,2</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,40%</b>	<b>-1,66%</b>

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 14,9 bilhões em outubro, apresentando um crescimento de R\$ 773,9 milhões (5,5%) relativamente aos ingressos líquidos do mês anterior. No acumulado do ano, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 12,8 bilhões (10,1%) em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal fator que explica este crescimento foi o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2008 e setembro de 2009 foi 12,8% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008.

As despesas com benefícios este mês alcançaram o montante de R\$ 17,6 bilhões, apresentando uma redução de R\$ 5,6 bilhões (24,2%) com relação ao mês anterior. Conforme já mencionado, essa diminuição decorreu principalmente do pagamento antecipado, em setembro, de metade do abono equivalente à gratificação de Natal à parte dos segurados e dependentes da Previdência Social. No acumulado de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se R\$ 20,6 bilhões (12,8%) em relação ao período correspondente em 2008. Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 60,41 (9,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos

benefícios com valores acima do piso; i) elevação de 736 mil (3,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) aumento de R\$ 989,3 milhões (20,7%) no pagamento de precatórios e sentenças judiciais.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a outubro de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,33% do PIB; em 2009, correspondem a 7,23%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios apresentou um acréscimo de 0,23 ponto percentual do PIB por ano.



No estoque de benefícios de janeiro a outubro de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 608,3 mil aposentadorias (4,3%) e de 182,1 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 72,6 mil benefícios de auxílio-doença (5,4%).

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2008-2009**

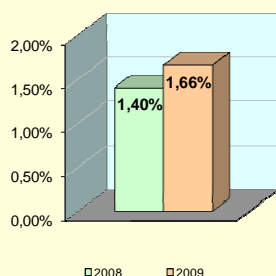
Em mil benefícios

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,28%	5,58%
Urbano	5,11%	5,43%
Rural	0,17%	0,15%
Benefícios	6,68%	7,23%
Urbano	5,35%	5,79%
Rural	1,33%	1,44%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,40%</b>	<b>-1,66%</b>
Urbano	-0,24%	-0,36%
Rural	-1,16%	-1,30%

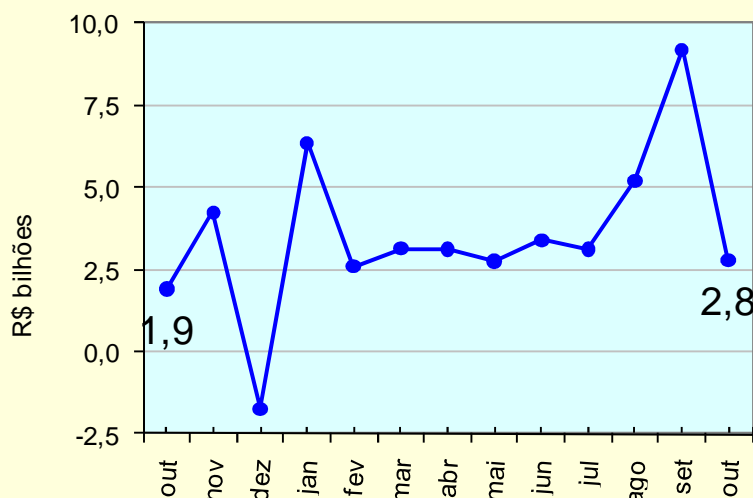
	SET	OUT	JAN-OUT	
	2009	2009	2008	2009
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>23.366</b>	<b>23.409</b>	<b>22.372</b>	<b>23.107</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>22.560</b>	<b>22.606</b>	<b>21.590</b>	<b>22.304</b>
Aposentadorias	14.917	14.964	14.129	14.732
Idade	7.763	7.791	7.312	7.657
Invalidez	2.883	2.888	2.797	2.865
Tempo de contribuição	4.271	4.285	4.021	4.211
Pensão por morte	6.404	6.420	6.169	6.352
Auxílio-Doença	1.118	1.103	1.199	1.107
Salário - maternidade	70	68	50	64
Outros	51	52	42	49
<b>Acidentários</b>	<b>806</b>	<b>803</b>	<b>782</b>	<b>803</b>
Aposentadorias	158	159	151	156
Pensão por morte	127	127	128	127
Auxílio - doença	171	168	150	169
Auxílio - acidente	274	275	271	274
Auxílio - suplementar	76	75	81	77

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,30 p.p. em relação período de janeiro a outubro de 2008. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários cresceram 0,55 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,66% do PIB, 0,26 p.p. maior que o mesmo nível registrado no mesmo período do ano anterior.

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)



**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, 2008/2009





**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 767,5 bilhões em outubro, o que corresponde a 25,8% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 20,8 bilhões em termos nominais, o equivalente a 0,5 ponto percentual do PIB. Contribuíram para esse resultado o crescimento de R\$ 22,3 bilhões no estoque da dívida interna líquida, contra a redução de R\$ 20,2 bilhões nos haveres internos e de R\$ 1,5 bilhão no estoque da dívida externa líquida.

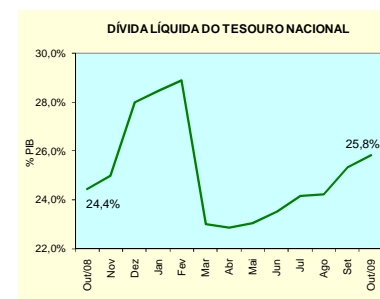
*Em outubro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 767,5 bilhões ou 25,8% do PIB.*

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008		2009
	OUT	SET	OUT
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>614.744</b>	<b>643.917</b>	<b>666.174</b>
I.1. Dívida Interna	1.640.491	1.917.835	1.919.936
I.2. Haveres Internos	1.025.747	1.273.918	1.253.762
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>118.724</b>	<b>102.844</b>	<b>101.365</b>
II.1. Dívida Externa	119.085	103.042	101.615
II.2. Haveres Externos	360	198	250
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>733.468</b>	<b>746.761</b>	<b>767.539</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>24,4%</b>	<b>25,3%</b>	<b>25,8%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



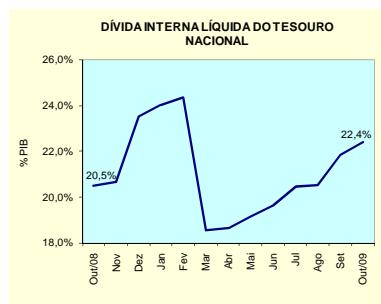
Em comparação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB cresceu em 1,4 ponto percentual, passando de 24,4% em outubro de 2008 para 25,8% em outubro de 2009. Em termos nominais, a DLTN cresceu R\$ 34,0 bilhões no estoque no mesmo período, resultado do crescimento de R\$ 262,0 bilhões no estoque total da dívida, compensado em grande parte pelo aumento de R\$ 227,9 bilhões nos Haveres do Tesouro Nacional no mesmo período.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de outubro com um saldo de R\$ 666,2 bilhões, perfazendo em percentual do PIB o equivalente a 22,4%. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 22,3 bilhões em termos nominais, o equivalente a 0,6 p.p. do PIB. Houve aumento de R\$ 2,1 bilhões no estoque da dívida interna e redução de R\$ 20,2 bilhões no saldo dos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, aumentou 1,9 p.p., passando de 20,5% em outubro de 2008 para 22,4% em outubro de 2009. Em termos nominais observou-se um crescimento de R\$ 51,4 bilhões, decorrente do efeito conjugado do

**Dívida Interna Líquida**

aumento de R\$ 279,4 bilhões no estoque da dívida interna e do crescimento de R\$ 228,0 bilhões nos haveres internos.



Título	2008		2009	
	OUT	SET	OUT	OUT
Em Poder do Público	1.226	1.386	1.371	
LFT	445	511	516	
LTN	224	246	214	
NTN-B	293	325	330	
NTN-C	58	57	57	
NTN-F	163	207	214	
Demais <sup>1</sup>	44	39	39	
Aplic. em Tít. Púb.	-18	-20	-20	
Na carteira do BCB	410	530	547	
<b>Total</b>	<b>1.618</b>	<b>1.897</b>	<b>1.899</b>	
% PIB	53,9%	64,3%	63,9%	

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

*Em outubro, a Dívida Interna Líquida totalizou R\$ 666,2 bilhões, equivalentes a 22,4% do PIB.*

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 OUT	2009 SET	2009 OUT
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.640.491</b>	<b>1.917.835</b>	<b>1.919.936</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.618.062	1.896.544	1.898.736
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.226.272	1.385.889	1.370.813
DPMFi em Poder do Banco Central	410.149	530.203	547.459
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(18.359)	(19.547)	(19.536)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.428	21.290	21.199
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.025.747</b>	<b>1.273.918</b>	<b>1.253.762</b>
II.1. Disponibilidades Internas	233.664	376.166	354.462
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	446.714	437.716	437.968
II.3. Haveres da Administração Indireta	203.994	215.177	216.870
II.4. Haveres Administrados pela STN	141.375	244.858	244.462
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>614.744</b>	<b>643.917</b>	<b>666.174</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>20,5%</b>	<b>21,8%</b>	<b>22,4%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi – descontadas as aplicações do FAT e outros fundos públicos em títulos federais) elevou-se em R\$ 2,2 bilhões (0,5 p.p. em relação ao PIB), comparativamente ao mês de setembro. Em comparação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 280,7 bilhões em termos nominais e de 10,0 p.p. em proporção do PIB, passando de 53,9% para 63,9% do PIB. O crescimento da DPMFi verificado no mês está associado à apropriação de juros no valor de R\$ 15,2 bilhões e ao resgate líquido de R\$ 13,0 bilhões.

Na carteira de títulos em poder do público, houve redução de R\$ 15,1 bilhões, explicado pelo resgate líquido de R\$ 26,0 bilhões compensado em parte pela apropriação de juros de R\$ 10,9 bilhões. Na carteira do Banco Central, a variação foi de R\$ 17,3 bilhões, resultado da emissão líquida de R\$ 13,0 bilhões e da apropriação de juros de R\$ 4,3 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, a principal variação, comparada ao mês anterior, ocorreu no estoque de LTN, cuja redução alcançou R\$ 31,9 bilhões, explicada pelas emissões no valor de R\$ 11,0 bilhões mais a apropriação de juros de R\$ 1,9 bilhões, contra resgate de R\$ 44,8 bilhões.

**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, OUT2009**

Título	Saldo Set/09	Fatores de Variação <sup>11</sup>			Saldo Out/09
		Emissões	Resgates <sup>12</sup>	Juros <sup>13</sup>	
Em poder do público	1.385,9	21,5	-47,6	10,9	1.370,8
LFT	511,4	1,6	-0,2	3,5	516,2
LTN	246,2	11,0	-44,8	1,9	214,2
NTN-B	324,9	3,5	-1,2	2,9	330,1
NTN-C	57,3	0,0	-0,6	0,5	57,2
NTN-F	206,6	5,0	0,0	2,2	213,8
Demais <sup>14</sup>	39,5	0,5	-0,8	0,1	39,2
Na carteira do BCB	530,2	25,3	-12,3	4,3	547,5
<b>Total</b>	<b>1.916,1</b>	<b>46,8</b>	<b>-59,9</b>	<b>15,2</b>	<b>1.918,3</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>11</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

<sup>12</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>13</sup> Refere-se aos juros apropriados por competência.

<sup>14</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 2008/2009**

R\$ bilhões

Discriminação	2008		2009
	OUT	SET	OUT
Lei 9.496/97	316,2	315,2	316,0
MP 2.185/01	49,4	50,0	50,2
Lei 8.727/93	41,9	38,5	38,3
Antecipação de Royalties	13,0	11,2	11,3
Bônus Renegociados	8,2	6,5	6,0
Lei 7.976/89	1,4	0,4	0,3
Demais Haveres	16,7	16,0	15,9
<b>Total</b>	<b>446,7</b>	<b>437,7</b>	<b>438,0</b>
% PIB	14,89%	14,85%	14,74%

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 20,2 bilhões em relação ao mês anterior. Houve redução de R\$ 21,7 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 396,5 milhões nos haveres administrados pela STN, contra aumento de R\$ 1,7 bilhão nos haveres da administração indireta e de R\$ 251,9 milhões nos haveres junto aos governos regionais.

Relativamente aos haveres administrados pela STN, o item que sofreu maior variação foi o de operações estruturadas, com diminuição de R\$ 1,2 bilhão, compensado em parte pelo aumento de R\$ 789,8 milhões nos demais haveres administrados pela União. Quanto aos haveres da administração indireta, houve aumento de R\$ 926,8 milhões nos haveres do FAT, de R\$ 515,8 milhões nos haveres dos Fundos Regionais e de R\$ 250,3 milhões nos haveres de fundos diversos.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, houve, comparativamente ao mês anterior, crescimento nos saldos devedores das dívidas de estados e municípios em que amortizações ocorridas no período foram superadas pela incidência dos juros contratuais, medida pelo IGP-DI, que no mês de setembro registrou inflação de 0,25%. Pelos termos contratuais, a correção monetária é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de referência da apuração do saldo.

Em outubro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 101,4 bilhões, contra R\$ 102,8 bilhões em setembro. Houve redução de R\$ 1,5 bilhão em termos nominais, 0,1 em termos percentuais do PIB.

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INDIRETA**  
**BRASIL, 2008/2009**

R\$ bilhões

Entidade	2008		2009
	OUT	SET	OUT
FAT	133,6	137,2	138,1
Fundos Regionais	43,9	49,4	49,9
Demais	26,5	28,6	28,9
<b>Total</b>	<b>204,0</b>	<b>215,2</b>	<b>216,9</b>

**Dívida Externa**  
**Líquida**

A Dívida Externa Líquida em outubro totalizou R\$ 101,4 bilhões, equivalentes a 3,4% do PIB.

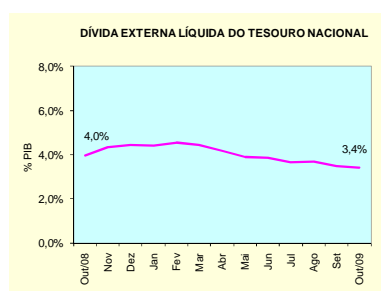
**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2008		2009	
	OUT	SET	OUT	OUT
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>119.085</b>	<b>103.042</b>	<b>101.615</b>	
I.1. Dívida Mobiliária	90.883	80.266	79.553	
Euro	10.945	9.777	9.731	
Global US\$	69.042	59.928	59.164	
Global BRL	10.565	10.340	10.438	
Demais	331	222	218	
I.2. Dívida Contratual	28.201	22.776	22.063	
Organismos Internacionais	23.666	19.224	18.747	
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.535	3.551	3.315	
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>360</b>	<b>198</b>	<b>250</b>	
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	360	198	250	
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>118.724</b>	<b>102.844</b>	<b>101.365</b>	
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>4,0%</b>	<b>3,5%</b>	<b>3,4%</b>	

(\*) Dados sujeitos a alteração.  
<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Essa redução decorreu da variação cambial resultante da valorização do Real frente às demais moedas que compõem a Dívida Externa, cuja magnitude alcançou no mês R\$ 1,2 bilhão, e também do resgate líquido de R\$ 1,1 bilhão no período, contra a apropriação de juros no valor de R\$ 885,0 milhões. Do estoque total da dívida, a dívida mobiliária corresponde a 78,3% (R\$ 79,6 bilhões); e a dívida contratual representa 21,7% (R\$ 22,1 bilhões).



**TABELA 8**  
**VARIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, SET/2009**

R\$ milhões

Discriminação	Estoque Set/09	Fatores de Variação <sup>1</sup>				Estoque Out/09
		Emissões	Resgates <sup>2</sup>	Juros <sup>3</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária</b>	<b>80.266</b>	<b>2.263</b>	<b>(2.907)</b>	<b>768</b>	<b>(838)</b>	<b>79.553</b>
Global US\$	59.928	2.263	(2.907)	596	(716)	59.164
Euro	9.777	-	-	73	(118)	9.731
Global BRL	10.340	-	-	98	-	10.438
Demais	222	-	-	1	(4)	218
<b>Dívida Contratual</b>	<b>22.776</b>	<b>17</b>	<b>(467)</b>	<b>117</b>	<b>(381)</b>	<b>22.063</b>
Org. Internacionais	19.224	16	(225)	81	(349)	18.747
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.551	1	(242)	36	(32)	3.315
<b>Total</b>	<b>103.042</b>	<b>2.281</b>	<b>(3.373)</b>	<b>885</b>	<b>(1.219)</b>	<b>101.615</b>

<sup>1</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.  
<sup>2</sup> Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.  
<sup>3</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional reduziu R\$ 17,4 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 118,7 bilhões em outubro de 2008 para R\$ 101,4 bilhões em outubro de 2009. Em percentual do PIB, a redução foi de 0,5 p.p.

# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

### **c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A6** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Haveres do Tesouro Nacional

### **d) Outras Informações**

**Tabela A8** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Outubro 2009/2008

### **e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial





	Out/2008	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2009
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>61.998,8</b>	<b>66.575,9</b>	<b>80.010,6</b>	<b>43.723,0</b>	<b>55.740,5</b>	<b>59.309,7</b>	<b>60.461,9</b>	<b>63.269,2</b>	<b>57.671,8</b>	<b>56.154,5</b>	<b>62.349,7</b>	<b>51.986,1</b>	<b>64.874,6</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	44.535,3	49.654,8	52.163,7	28.523,2	40.229,8	41.014,1	43.274,0	46.288,7	41.189,8	38.302,7	44.655,0	36.088,3	46.227,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.753,6	1.175,8	2.136,9	1.576,7	1.121,6	2.318,8	1.878,7	1.171,0	2.103,2	1.596,5	1.638,6	1.245,3	1.774,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	299,2	102,8	326,0	96,3	144,7	170,9	250,9	465,1	93,7	254,4	699,2	339,1	124,7
I.5 - Receita do Salário Educação	810,6	807,0	826,7	1.419,6	819,9	805,1	835,2	799,9	833,2	840,6	827,5	870,6	853,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.600,1	14.835,4	24.557,4	12.107,2	13.424,4	15.000,8	14.250,4	14.572,1	13.452,0	15.160,3	14.529,4	13.442,7	15.893,8
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>48.764,0</b>	<b>67.037,4</b>	<b>61.135,6</b>	<b>79.954,8</b>	<b>56.685,3</b>	<b>55.917,6</b>	<b>56.456,4</b>	<b>67.537,9</b>	<b>63.970,6</b>	<b>69.197,0</b>	<b>69.327,4</b>	<b>67.106,6</b>	<b>61.285,4</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>12.292,7</b>	<b>16.506,4</b>	<b>15.469,4</b>	<b>13.426,1</b>	<b>13.615,8</b>	<b>10.159,3</b>	<b>12.006,4</b>	<b>14.767,8</b>	<b>14.246,0</b>	<b>10.703,5</b>	<b>12.329,3</b>	<b>10.489,7</b>	<b>12.765,1</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.754,2	9.720,2	12.222,9	9.476,5	8.827,1	7.049,6	8.350,8	9.966,2	8.615,3	6.643,8	7.711,9	6.859,8	7.918,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.178,1	2.636,2	671,8	1.406,4	2.268,3	1.031,5	1.016,0	1.792,2	1.065,5	1.393,3	2.216,8	1.170,8	1.881,4
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	812,5	1.595,3	1.329,8	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.547,9	2.554,7	1.244,9	2.380,7	2.357,9	1.915,7	2.477,1	2.846,9	2.452,6	2.503,9	2.238,0	2.296,7	2.802,6
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>36.471,2</b>	<b>50.531,0</b>	<b>45.666,2</b>	<b>66.528,6</b>	<b>43.069,5</b>	<b>45.758,3</b>	<b>44.449,9</b>	<b>52.770,1</b>	<b>49.724,6</b>	<b>58.493,5</b>	<b>56.998,2</b>	<b>56.616,9</b>	<b>48.520,4</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.537,6	17.444,8	14.171,8	17.478,7	12.167,7	12.489,6	11.814,9	12.082,0	15.316,6	12.565,2	12.921,2	12.650,8	12.944,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	0,8	81,2	493,5	2.583,9	810,5	555,8	1.209,1	2.514,3	719,4	1.800,2	1.007,5	116,9	1.000,9
i) Dívida Contratual Interna	101,8	62,1	72,1	70,5	103,2	109,7	105,8	90,9	101,5	94,3	98,7	98,4	100,7
ii) Dívida Contratual Externa	-100,9	19,2	421,5	2.513,4	707,3	446,1	1.103,3	2.423,3	617,9	1.705,9	908,8	18,5	900,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.152,2	6.041,4	5.387,0	16.229,6	3.022,2	5.273,7	2.199,4	8.698,6	2.317,0	14.014,9	2.677,0	9.522,0	4.209,5
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	12.765,2	16.377,2	10.909,6	22.457,8	18.125,5	16.001,1	17.285,8	16.905,9	17.513,0	17.369,2	27.506,8	19.681,1	16.763,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	9.525,9	10.328,3	14.293,5	7.176,2	8.791,9	11.206,8	11.649,5	12.021,7	13.544,8	12.438,9	12.666,4	14.070,8	13.371,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	489,6	258,1	410,8	602,4	151,6	231,3	291,3	547,6	313,8	305,1	219,2	575,3	230,3
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>13.234,8</b>	<b>-461,5</b>	<b>18.875,0</b>	<b>-36.231,8</b>	<b>-944,8</b>	<b>3.392,1</b>	<b>4.005,5</b>	<b>-4.268,7</b>	<b>-6.298,7</b>	<b>-13.042,5</b>	<b>-6.977,8</b>	<b>-15.120,5</b>	<b>3.589,1</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>10.107,0</b>	<b>13.618,9</b>	<b>68.171,1</b>	<b>31.781,5</b>	<b>20.741,7</b>	<b>21.692,9</b>	<b>19.436,5</b>	<b>38.493,2</b>	<b>27.975,8</b>	<b>34.908,6</b>	<b>18.311,2</b>	<b>38.643,5</b>	<b>46.456,6</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	9.243,1	12.867,2	66.843,8	30.903,9	19.221,0	20.435,4	17.964,8	37.125,4	26.523,9	33.968,2	17.261,6	37.153,0	45.213,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	863,9	751,7	1.327,3	877,6	1.520,7	1.257,5	1.471,7	1.367,9	1.451,9	940,3	1.049,7	1.490,5	1.243,2
<b>V. DESPESAS</b>	<b>26.669,0</b>	<b>2.555,5</b>	<b>21.618,0</b>	<b>74.643,1</b>	<b>3.173,2</b>	<b>26.021,7</b>	<b>27.675,6</b>	<b>27.054,3</b>	<b>16.383,2</b>	<b>30.363,0</b>	<b>3.678,8</b>	<b>31.412,4</b>	<b>39.617,4</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	26.556,3	2.466,0	21.462,8	72.787,7	1.346,6	25.548,1	27.071,2	24.966,6	14.050,1	29.322,0	3.466,0	31.358,2	38.599,9
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	26.385,2	2.273,6	21.277,0	72.670,4	1.167,8	25.328,3	26.887,6	24.787,4	13.873,0	29.140,1	3.288,3	31.175,0	38.402,0
V.1.2 - Dívida Contratual	171,1	192,4	185,8	117,3	178,8	219,8	183,5	179,2	177,1	181,9	177,7	183,2	197,9
V.2 - Amortização da Dívida Externa	112,8	89,4	155,1	1.855,4	1.826,5	473,6	604,4	2.087,6	2.333,0	1.041,0	212,8	54,2	1.017,5
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>-17.142,1</b>	<b>10.593,6</b>	<b>45.566,8</b>	<b>-41.766,5</b>	<b>18.053,3</b>	<b>-4.892,8</b>	<b>-8.922,9</b>	<b>12.338,0</b>	<b>12.650,9</b>	<b>4.828,1</b>	<b>13.973,3</b>	<b>5.978,0</b>	<b>6.811,3</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>1.112,2</b>	<b>482,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>-35.790,1</b>	<b>832,7</b>	<b>14.218,4</b>	<b>-8.392,9</b>	<b>178,4</b>	<b>22.878,1</b>	<b>-22.833,0</b>	<b>2.498,1</b>	<b>13.793,2</b>	<b>-9.466,2</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>-2.215,0</b>	<b>11.084,8</b>	<b>97.420,6</b>	<b>-114.883,6</b>	<b>17.456,4</b>	<b>13.281,7</b>	<b>-12.626,5</b>	<b>7.348,7</b>	<b>28.172,0</b>	<b>-31.329,9</b>	<b>10.152,7</b>	<b>5.903,9</b>	<b>962,2</b>

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Out/2008	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2009
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>17.412,2</b>	<b>2.682,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>1.709,9</b>	<b>1.832,7</b>	<b>14.218,4</b>	<b>3.107,1</b>	<b>10.978,4</b>	<b>26.378,1</b>	<b>3.167,0</b>	<b>3.398,1</b>	<b>16.993,2</b>	<b>2.864,3</b>
I.1. Emissão de Títulos	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0	0,0	11.577,4	0,0	7.585,4	22.865,1	0,0	0,0	14.003,8	222,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.666,3	2.501,1	2.954,9	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5	2.830,5	2.519,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	157,9	281,1	248,3	130,2	166,4	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2	259,5	159,0	122,2
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>16.300,0</b>	<b>2.200,0</b>	<b>0,0</b>	<b>37.500,0</b>	<b>1.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>11.500,0</b>	<b>10.800,0</b>	<b>3.500,0</b>	<b>26.000,0</b>	<b>900,0</b>	<b>3.200,0</b>	<b>12.330,5</b>
II.1. Resgate de Títulos	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.880,7	2.943,1	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0
II.2. Encargos da DPMF	0,0	2.200,0	0,0	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3	556,9	6.000,0	896,7	1.100,0	1.120,5
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>1.112,2</b>	<b>482,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>-35.790,1</b>	<b>832,7</b>	<b>14.218,4</b>	<b>-8.392,9</b>	<b>178,4</b>	<b>22.878,1</b>	<b>-22.833,0</b>	<b>2.498,1</b>	<b>13.793,2</b>	<b>-9.466,2</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) \***

R\$ milhões

	Out/2008	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2009
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	133,3	60,3	3,1	105,4	71,8	2,8	2,4	1,8	1,6	1,5	1,2	2,4	2,0
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL<sup>1</sup></b>	0,1	0,1	0,1	15,7	0,0	-0,1	0,1	-118,8	0,3	0,7	-13,0	23,2	-1,8
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	-22,1	206,1	125,1	249,5	130,4	219,5	317,8	99,2	129,3	294,5	355,3	290,5	1.030,3
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	3,5	0,1	2,3	8,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-62,4	132,4	76,0	140,7	86,9	119,5	227,3	29,5	33,6	152,2	324,9	212,3	1.003,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	40,3	70,2	49,0	106,5	35,0	100,0	90,4	69,6	95,6	142,3	30,3	78,2	26,8
<b>IV. PRONAF</b>	189,6	25,9	140,5	222,8	7,2	2,6	8,0	106,2	22,5	28,5	-472,0	185,3	110,5
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	102,3	42,1	9,9	191,3	3,0	6,7	4,9	109,5	6,6	8,4	7,2	363,4	7,7
IV.2. Concessão de Financiamento <sup>2</sup>	87,3	-16,2	130,5	31,4	4,2	-4,0	3,1	-3,3	15,9	20,2	-479,2	-178,2	102,8
<b>V. PROEX</b>	32,2	58,5	-50,5	89,9	-110,3	33,6	9,4	18,6	45,0	-63,4	41,2	-32,1	-9,8
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	47,2	25,3	0,8	88,9	1,0	35,9	59,3	27,1	29,9	52,4	27,1	11,9	19,8
V.2. Concessão de Financiamento <sup>2</sup>	-15,1	33,1	-51,3	1,1	-111,2	-2,3	-50,0	-8,6	15,1	-115,8	14,2	-43,9	-29,7
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)<sup>3</sup></b>	1,1	32,3	187,4	0,0	0,0	0,0	27,5	136,0	90,4	0,1	0,5	0,9	1,0
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	1,4	0,0	48,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	131,1	42,4	11,2	3,4
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA<sup>2</sup></b>	115,7	138,1	233,0	66,2	58,1	50,4	75,6	26,5	42,2	95,7	55,7	81,4	130,2
<b>XI. FUNCAFÉ</b>	0,9	1,4	3,7	21,0	4,0	3,9	3,3	7,3	2,3	1,5	0,7	1,6	1,2
<b>XII. REVITALIZA</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>XIII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)<sup>2</sup></b>	107,3	-30,9	-19,5	-16,9	-26,6	-2.017,6	-11,5	-20,3	-2.121,1	-9,8	-14,7	-1,6	-2,6
<b>XIV. TOTAL</b>	559,6	491,8	671,6	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	290,0	-1.782,4	480,5	-2,7	562,8	1.264,3

\* Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

<sup>2</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>3</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Out/08	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/09
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>614.743,6</b>	<b>618.211,8</b>	<b>699.217,7</b>	<b>711.250,2</b>	<b>715.153,6</b>	<b>540.251,0</b>	<b>543.876,3</b>	<b>557.926,9</b>	<b>571.141,3</b>	<b>596.683,4</b>	<b>601.634,7</b>	<b>643.916,7</b>	<b>666.173,7</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.640.490,7</b>	<b>1.660.273,7</b>	<b>1.764.096,5</b>	<b>1.685.118,5</b>	<b>1.714.351,9</b>	<b>1.751.401,5</b>	<b>1.736.813,5</b>	<b>1.750.014,5</b>	<b>1.821.636,1</b>	<b>1.841.321,7</b>	<b>1.896.688,4</b>	<b>1.917.834,7</b>	<b>1.919.935,6</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0
DPMFi em Poder do Banco Central	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5
Demais Obrigações Internas	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.025.747,1</b>	<b>1.042.061,9</b>	<b>1.064.878,8</b>	<b>973.868,4</b>	<b>999.198,3</b>	<b>1.211.150,5</b>	<b>1.192.937,2</b>	<b>1.192.087,6</b>	<b>1.250.494,8</b>	<b>1.244.638,3</b>	<b>1.295.053,7</b>	<b>1.273.918,0</b>	<b>1.253.761,9</b>
Disponibilidades Internas	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.461,8
Haveres junto aos Governos Regionais	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2
Haveres da Administração Indireta	203.994,2	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.870,0
Haveres Administrados pela STN	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>118.724,4</b>	<b>129.555,8</b>	<b>132.187,0</b>	<b>130.836,8</b>	<b>133.223,7</b>	<b>130.070,3</b>	<b>121.907,4</b>	<b>113.759,3</b>	<b>112.440,0</b>	<b>106.911,6</b>	<b>108.682,9</b>	<b>102.844,3</b>	<b>101.364,9</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>119.084,6</b>	<b>129.984,2</b>	<b>132.512,2</b>	<b>131.143,7</b>	<b>133.599,5</b>	<b>130.450,1</b>	<b>122.247,9</b>	<b>114.057,9</b>	<b>112.728,0</b>	<b>107.201,0</b>	<b>108.968,1</b>	<b>103.041,9</b>	<b>101.615,1</b>
Dívida Mobiliária	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6
Dívida Contratual	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>360,2</b>	<b>428,4</b>	<b>325,2</b>	<b>306,8</b>	<b>375,8</b>	<b>379,8</b>	<b>340,5</b>	<b>298,7</b>	<b>288,1</b>	<b>289,5</b>	<b>285,2</b>	<b>197,6</b>	<b>250,3</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>733.468,0</b>	<b>747.767,6</b>	<b>831.404,7</b>	<b>842.087,0</b>	<b>848.377,3</b>	<b>670.321,3</b>	<b>665.783,7</b>	<b>671.686,2</b>	<b>683.581,2</b>	<b>703.595,0</b>	<b>710.317,6</b>	<b>746.761,0</b>	<b>767.538,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>24,4%</b>	<b>25,0%</b>	<b>28,0%</b>	<b>28,4%</b>	<b>28,9%</b>	<b>23,0%</b>	<b>22,8%</b>	<b>23,0%</b>	<b>23,5%</b>	<b>24,1%</b>	<b>24,2%</b>	<b>25,3%</b>	<b>25,8%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Out/08	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/09
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.640.490,7</b>	<b>1.660.273,7</b>	<b>1.764.096,5</b>	<b>1.685.118,5</b>	<b>1.714.351,9</b>	<b>1.751.401,5</b>	<b>1.736.813,5</b>	<b>1.750.014,5</b>	<b>1.821.636,1</b>	<b>1.841.321,7</b>	<b>1.896.688,4</b>	<b>1.917.834,7</b>	<b>1.919.935,6</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.226.272,2</b>	<b>1.244.393,7</b>	<b>1.264.823,3</b>	<b>1.221.097,0</b>	<b>1.247.398,7</b>	<b>1.267.793,9</b>	<b>1.261.787,1</b>	<b>1.274.255,2</b>	<b>1.321.875,6</b>	<b>1.349.885,5</b>	<b>1.400.982,4</b>	<b>1.385.888,8</b>	<b>1.370.813,0</b>
LFT	444.700,2	455.979,6	453.131,4	470.624,3	482.269,0	471.368,1	483.897,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.295,8	511.364,2	516.223,4
LTN	223.739,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.118,3	212.314,6	187.246,1	199.825,5	232.028,3	217.223,0	237.052,5	246.156,7	214.246,5
NTN-B	293.054,3	290.260,5	298.888,3	304.538,4	306.455,2	311.249,8	315.888,4	291.850,7	301.300,4	307.032,7	320.389,4	324.946,6	330.145,6
NTN-C	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.985,4	57.716,9	58.078,5	58.481,8	56.918,9	57.160,8	57.299,3	57.186,4
NTN-F	162.572,9	164.189,2	168.021,5	164.264,0	166.110,4	169.172,6	172.541,6	180.324,9	187.542,1	188.561,6	200.957,7	206.634,1	213.814,0
Dívida Securitizada	13.399,9	13.912,7	15.089,3	14.959,9	14.902,3	14.766,3	14.709,8	14.829,8	14.822,3	14.268,3	12.160,6	12.113,2	12.113,4
Demais Títulos em Poder do Público	30.763,2	32.161,6	31.432,9	31.029,3	31.469,1	30.937,2	29.786,6	28.577,8	28.488,5	27.978,1	27.965,5	27.375,0	27.083,6
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>410.149,2</b>	<b>412.005,8</b>	<b>494.310,9</b>	<b>462.366,3</b>	<b>465.516,4</b>	<b>482.112,0</b>	<b>474.243,2</b>	<b>475.565,3</b>	<b>499.646,1</b>	<b>490.801,4</b>	<b>494.092,3</b>	<b>530.202,9</b>	<b>547.458,8</b>
LFT	139.587,9	141.013,3	187.345,5	189.309,2	190.929,0	198.923,8	200.594,8	206.040,9	215.088,7	224.706,8	226.266,5	227.837,0	229.417,8
LTN	116.891,7	117.971,9	131.148,6	98.927,1	99.801,8	106.362,5	95.271,1	99.951,2	109.976,1	91.986,9	92.866,7	103.792,4	96.592,4
Demais Títulos na Carteira do BCB	153.669,6	153.020,6	175.816,8	174.130,0	174.785,6	176.825,7	178.377,3	169.573,1	174.581,3	174.107,7	174.959,1	198.573,5	221.448,5
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-18.359,0</b>	<b>-18.594,1</b>	<b>-17.453,7</b>	<b>-20.678,5</b>	<b>-20.778,2</b>	<b>-20.606,8</b>	<b>-21.150,0</b>	<b>-21.609,2</b>	<b>-21.579,0</b>	<b>-20.943,0</b>	<b>-19.826,5</b>	<b>-19.547,2</b>	<b>-19.535,5</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>22.428,4</b>	<b>22.468,4</b>	<b>22.416,0</b>	<b>22.333,8</b>	<b>22.215,1</b>	<b>22.102,4</b>	<b>21.933,1</b>	<b>21.803,2</b>	<b>21.693,3</b>	<b>21.577,7</b>	<b>21.440,2</b>	<b>21.290,2</b>	<b>21.199,4</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>119.084,6</b>	<b>129.984,2</b>	<b>132.512,2</b>	<b>131.143,7</b>	<b>133.599,5</b>	<b>130.450,1</b>	<b>122.247,9</b>	<b>114.057,9</b>	<b>112.728,0</b>	<b>107.201,0</b>	<b>108.968,1</b>	<b>103.041,9</b>	<b>101.615,1</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>90.883,2</b>	<b>99.035,5</b>	<b>100.924,9</b>	<b>100.030,7</b>	<b>102.037,1</b>	<b>100.147,8</b>	<b>94.004,8</b>	<b>88.517,7</b>	<b>87.535,6</b>	<b>83.039,3</b>	<b>84.541,6</b>	<b>80.266,4</b>	<b>79.552,6</b>
Euro	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,9	10.306,2	10.121,9	10.307,8	9.776,6	9.731,3
Global US\$	69.042,0	75.871,7	76.433,3	77.339,1	79.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2	59.927,8	59.164,5
Global BRL	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.242,4	10.340,4	10.438,4
Demais Títulos Externos	331,0	366,9	369,3	367,8	379,4	324,4	306,8	279,4	277,7	267,8	271,1	221,6	218,5
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>28.201,5</b>	<b>30.948,7</b>	<b>31.587,4</b>	<b>31.113,0</b>	<b>31.562,4</b>	<b>30.302,3</b>	<b>28.243,0</b>	<b>25.540,2</b>	<b>25.192,5</b>	<b>24.161,7</b>	<b>24.426,5</b>	<b>22.775,5</b>	<b>22.062,6</b>
Organismos Multilaterais	23.666,4	25.864,6	26.514,2	26.066,7	26.511,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.645,9	19.224,3	18.747,4
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.535,1	5.084,1	5.073,2	5.046,3	5.050,7	4.839,0	4.345,3	3.989,9	3.805,2	3.674,1	3.780,6	3.551,3	3.315,2
<b>III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.759.575,4</b>	<b>1.790.257,9</b>	<b>1.896.608,7</b>	<b>1.816.262,2</b>	<b>1.847.951,5</b>	<b>1.881.851,6</b>	<b>1.859.061,3</b>	<b>1.864.072,4</b>	<b>1.934.364,1</b>	<b>1.948.522,7</b>	<b>2.005.656,5</b>	<b>2.020.876,7</b>	<b>2.021.550,7</b>
<b>DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>58,6%</b>	<b>59,8%</b>	<b>63,8%</b>	<b>61,4%</b>	<b>62,9%</b>	<b>64,6%</b>	<b>63,8%</b>	<b>64,0%</b>	<b>66,5%</b>	<b>66,9%</b>	<b>68,4%</b>	<b>68,6%</b>	<b>68,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.



**TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Out/08	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/09
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.025.747,1</b>	<b>1.042.061,9</b>	<b>1.064.878,8</b>	<b>973.868,4</b>	<b>999.198,3</b>	<b>1.211.150,5</b>	<b>1.192.937,2</b>	<b>1.192.087,6</b>	<b>1.250.494,8</b>	<b>1.244.638,3</b>	<b>1.295.053,7</b>	<b>1.273.918,0</b>	<b>1.253.761,9</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>233.664,4</b>	<b>236.939,8</b>	<b>255.437,2</b>	<b>166.237,7</b>	<b>182.233,3</b>	<b>385.985,3</b>	<b>374.393,5</b>	<b>375.963,9</b>	<b>407.426,1</b>	<b>380.316,0</b>	<b>394.429,1</b>	<b>376.166,2</b>	<b>354.461,8</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>446.713,7</b>	<b>452.542,1</b>	<b>451.960,3</b>	<b>450.168,0</b>	<b>450.193,7</b>	<b>448.267,0</b>	<b>443.839,8</b>	<b>443.091,1</b>	<b>442.402,3</b>	<b>440.796,7</b>	<b>438.349,3</b>	<b>437.716,3</b>	<b>437.968,2</b>
Bônus Renegociados	8.171,8	9.012,7	9.019,1	8.864,6	9.078,5	8.856,4	7.948,9	7.311,1	7.105,3	6.826,7	6.924,9	6.459,3	6.010,3
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,8	2.773,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.670,3	2.645,7	2.618,0	2.590,1	2.563,0
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.017,5	11.113,0	11.096,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.996,9	10.975,9	10.970,0	10.944,4	10.918,5	10.902,4	10.903,5
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.068,2	1.061,8	1.016,7	955,5	845,9	482,3	441,7	411,6	355,7	323,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	41.873,0	41.761,1	41.562,9	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.205,1	38.952,2	38.498,9	38.266,3
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	316.152,6	320.177,9	320.256,3	319.145,6	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.506,5	316.752,5	314.876,7	315.221,5	316.015,0
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	49.399,1	50.201,2	50.141,2	50.076,5	50.348,6	50.223,3	49.883,1	50.168,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5	50.007,9	50.193,7
Antecipação de Royalties	12.995,3	13.110,1	13.079,5	12.943,0	12.226,0	12.160,2	11.979,3	11.509,3	11.444,3	11.318,5	11.220,3	11.221,0	11.262,4
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.824,5	2.872,6	2.879,5	2.831,8	2.832,9	2.774,3	2.701,9	2.637,2	2.598,7	2.557,2	2.527,7	2.459,4	2.430,2
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>203.994,2</b>	<b>206.317,9</b>	<b>210.251,0</b>	<b>205.422,4</b>	<b>210.080,2</b>	<b>207.972,7</b>	<b>208.259,8</b>	<b>210.098,0</b>	<b>212.328,5</b>	<b>211.406,8</b>	<b>213.996,7</b>	<b>215.177,2</b>	<b>216.870,0</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	133.553,8	134.930,6	136.995,3	134.762,1	136.047,0	136.603,2	136.653,7	136.977,2	137.628,7	135.776,0	136.788,6	137.180,5	138.107,3
Fundos Constitucionais Regionais	43.940,2	44.385,5	44.935,7	45.387,3	45.844,7	46.387,0	46.854,4	47.275,2	47.804,5	48.375,8	48.918,0	49.366,7	49.882,4
Fundos Diversos	26.500,3	27.001,8	28.320,0	25.273,0	28.188,6	24.982,5	24.751,7	25.845,5	26.895,3	27.255,0	28.290,1	28.630,0	28.880,3
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>141.374,7</b>	<b>146.262,1</b>	<b>147.230,3</b>	<b>152.040,3</b>	<b>156.691,1</b>	<b>168.925,4</b>	<b>166.444,0</b>	<b>162.934,6</b>	<b>188.337,9</b>	<b>212.118,7</b>	<b>248.278,6</b>	<b>244.858,4</b>	<b>244.461,9</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.551,3	5.554,0	5.556,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,0	5.567,8	5.569,8	5.572,2
Haveres de Operações Estruturadas	48.138,5	49.751,7	50.075,7	50.004,3	53.984,2	53.687,3	52.676,1	51.367,9	51.260,7	50.737,0	50.873,3	50.421,4	49.270,3
Haveres Originários de Privatizações	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,6	7.405,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3	7.633,6	7.626,6
Haveres de Legislação Específica	52.746,0	55.090,1	55.368,0	60.155,2	60.719,3	73.308,8	72.214,6	70.801,8	96.781,3	121.186,3	157.299,8	154.406,7	154.376,0
Demais Haveres Administrados pela STN	27.511,7	28.436,6	28.796,6	28.892,9	29.004,9	28.964,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.152,4	26.826,9	27.616,7
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>360,2</b>	<b>428,4</b>	<b>325,2</b>	<b>306,8</b>	<b>375,8</b>	<b>379,8</b>	<b>340,5</b>	<b>298,7</b>	<b>288,1</b>	<b>289,5</b>	<b>285,2</b>	<b>197,6</b>	<b>250,3</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.026.107,4</b>	<b>1.042.490,3</b>	<b>1.065.204,0</b>	<b>974.175,2</b>	<b>999.574,2</b>	<b>1.211.530,3</b>	<b>1.193.277,7</b>	<b>1.192.386,2</b>	<b>1.250.782,9</b>	<b>1.244.927,7</b>	<b>1.295.338,9</b>	<b>1.274.115,7</b>	<b>1.254.012,2</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1)</sup></b>	<b>34,2%</b>	<b>34,9%</b>	<b>35,9%</b>	<b>32,9%</b>	<b>34,0%</b>	<b>41,6%</b>	<b>40,9%</b>	<b>40,9%</b>	<b>43,0%</b>	<b>42,7%</b>	<b>44,2%</b>	<b>43,2%</b>	<b>42,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO OUTUBRO 2009/2008 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	5.586,0	1.466,9	1.463,1	11.353,2	12.816,3	273.212,6	4.167,5	2.718,0	2.620,0	21.783,4	24.403,4
Senado Federal	59.801,6	13.834,2	8.044,3	8.033,1	18.328,0	26.361,1	45.757,9	13.628,4	6.041,6	6.018,3	7.194,4	13.212,7
Tribunal de Contas da União	61.538,6	47.376,3	4.584,8	4.570,3	23.806,0	28.376,3	41.069,8	19.077,9	3.187,7	3.184,4	11.659,1	14.843,5
Supremo Tribunal Federal	67.404,6	12.059,1	3.881,4	3.881,4	41.669,1	45.550,5	65.813,8	10.637,3	3.638,6	3.638,6	49.468,9	53.107,5
Superior Tribunal de Justiça	15.409,6	5.113,3	1.819,7	1.817,1	11.928,1	13.745,3	14.385,0	6.590,1	5.261,5	5.194,5	7.801,4	12.996,0
Justiça Federal <sup>3</sup>	244.773,0	247.250,7	197.924,7	197.082,4	146.871,9	343.954,4	272.556,6	309.397,5	253.776,0	253.528,9	102.507,9	356.036,8
Justiça Militar	7.989,7	764,3	572,2	557,4	2.373,3	2.930,7	10.945,7	6.081,0	2.228,4	2.225,2	3.297,8	5.523,0
Justiça Eleitoral	308.996,7	210.586,3	162.458,1	159.713,7	80.228,4	239.942,1	383.498,2	124.116,7	48.939,7	47.011,7	133.328,1	180.339,8
Justiça do Trabalho	173.514,4	57.630,5	26.014,6	25.328,2	133.515,2	158.843,5	199.024,5	97.702,9	34.234,4	33.286,9	124.772,2	158.059,1
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	30.471,3	14.771,4	5.699,3	5.339,6	42.453,5	47.793,1	62.999,0	32.984,9	11.040,0	10.037,1	15.861,6	25.898,7
Presidência da República <sup>4</sup>	1.349.019,2	347.136,3	158.666,9	138.571,2	188.703,9	327.275,1	2.012.368,7	650.267,9	154.344,7	149.458,8	535.991,8	685.450,6
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	51.991,4	6.157,7	780,5	753,7	15.235,3	15.989,0	389.268,3	80.689,5	21.453,8	21.443,5	26.638,3	48.081,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	825.342,7	342.558,0	50.651,6	17.949,8	309.072,6	327.022,4	1.081.468,4	234.178,2	63.631,4	48.223,8	465.289,6	513.513,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.163.124,8	622.923,5	254.479,4	200.197,9	235.521,2	435.719,1	1.402.804,9	826.980,5	485.963,3	407.706,9	390.441,5	798.148,4
Ministério da Fazenda	482.410,6	317.033,1	287.045,6	286.439,8	124.805,0	411.244,8	1.301.555,6	88.475,0	44.634,3	43.761,2	49.883,8	93.645,0
Ministério da Educação	3.033.295,6	1.207.075,9	564.929,1	544.754,4	1.536.221,5	2.080.976,0	4.987.354,3	1.798.854,2	657.077,6	639.330,6	1.492.053,5	2.131.384,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.170,7	25.095,1	14.101,3	14.057,3	22.342,2	36.399,5	153.653,0	22.234,9	13.489,8	13.416,5	13.894,7	27.311,2
Ministério da Justiça	1.320.059,5	471.070,4	159.816,5	159.734,7	240.868,5	400.603,1	894.419,5	392.970,3	107.878,1	104.606,6	361.690,0	466.296,6
Ministério de Minas e Energia	64.856,2	13.585,0	5.799,7	5.633,4	16.608,6	22.242,0	68.885,1	25.836,4	15.946,9	15.095,5	15.412,3	30.507,7
Ministério da Previdência Social	158.528,2	28.503,6	12.894,6	11.871,6	50.135,5	62.007,1	239.409,2	62.475,4	10.777,1	9.554,6	93.426,6	102.981,1
Ministério Público da União	180.191,6	30.044,7	4.347,8	4.343,5	150.445,0	154.788,5	136.062,1	24.106,0	5.096,9	5.077,5	98.689,6	103.767,1
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	16.585,8	14.610,2	14.603,7	1.262,3	15.866,1	97.416,0	25.270,5	24.676,9	24.676,9	1.692,8	26.369,7
Ministério da Saúde	3.653.256,1	1.179.440,2	144.206,0	140.995,4	777.895,8	918.891,2	4.060.817,2	765.811,0	235.726,6	234.298,5	1.159.328,4	1.393.626,9
Ministério do Trabalho e Emprego	101.047,2	20.295,3	11.435,1	11.433,0	6.851,2	18.284,3	67.315,2	12.265,4	4.346,0	3.953,3	12.331,6	16.284,9
Ministério dos Transportes	9.702.709,6	4.510.230,8	1.083.120,5	940.732,9	3.356.859,8	4.297.592,7	11.408.711,7	8.108.261,6	2.453.323,6	2.382.221,7	4.038.660,4	6.420.882,1
Ministério das Comunicações	39.184,4	2.279,8	442,1	442,1	84.152,4	84.594,5	114.151,8	4.780,4	1.772,3	1.700,8	22.342,9	24.043,6
Ministério da Cultura	262.366,4	47.410,3	10.507,9	9.389,8	70.621,6	80.011,4	219.969,4	48.681,9	10.686,8	10.625,4	55.235,8	65.861,2
Ministério do Meio Ambiente	170.023,1	14.581,9	5.764,7	5.762,5	23.650,6	29.413,1	122.917,7	12.664,8	6.300,0	6.277,9	27.622,7	33.900,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.887.082,2	761.393,3	415.297,1	414.416,7	379.264,4	793.681,1	2.139.572,0	1.087.029,1	585.438,9	585.438,9	386.770,6	972.209,5
Ministério do Esporte	886.822,9	473.344,3	4.409,5	4.409,5	160.852,7	165.262,2	1.006.929,9	139.513,2	2.150,8	2.150,8	130.157,9	132.308,7
Ministério da Defesa	4.532.070,3	2.751.551,9	1.175.965,2	1.152.290,3	1.211.341,8	2.363.632,1	7.432.615,3	2.586.848,1	1.315.797,9	1.294.278,8	1.242.700,3	2.536.979,1
Ministério da Integração Nacional	4.953.703,9	2.570.365,9	236.847,2	230.113,6	1.147.997,8	1.378.111,4	5.389.061,7	2.733.033,4	891.479,0	880.993,6	1.647.536,1	2.528.529,6
Ministério do Turismo	2.002.397,6	947.386,1	32.572,0	32.572,0	599.560,8	632.132,9	1.830.075,0	271.940,7	24.527,6	24.527,6	311.707,9	336.235,5
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	182.728,7	75.722,4	36.209,6	36.037,7	48.982,1	85.019,8	241.851,9	108.214,5	42.316,7	42.316,7	52.899,9	95.216,5
Ministério das Cidades	6.947.070,2	4.184.738,6	720.332,5	719.779,9	3.255.014,5	3.974.794,3	8.368.865,4	4.315.759,2	1.317.300,8	1.315.897,7	2.196.428,8	3.512.326,5
<b>TOTAL</b>	<b>45.518.339,9</b>	<b>21.581.481,9</b>	<b>5.817.698,7</b>	<b>5.505.072,9</b>	<b>14.526.794,0</b>	<b>20.031.866,9</b>	<b>56.536.782,5</b>	<b>25.051.526,1</b>	<b>8.867.203,5</b>	<b>8.633.779,5</b>	<b>15.306.502,6</b>	<b>23.940.282,0</b>

Dados preliminares.

<sup>1</sup> Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>2</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>3</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>4</sup> Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

<sup>5</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIV - nº 10 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**OUTUBRO / 2009**

### Comentários

Em outubro de 2009 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 15%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM naquele mês atingiram o montante de R\$ 5.714.952,8 (mil), ante R\$ 4.968.091,7 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

### Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2008			2009			Variação Nominal		
	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Out/2009	Out/2009	Jan a Out/2009
							Set/2009	Out/2008	Jan a Out/2008
FPM	3.044.484,0	2.897.545,3	32.597.910,6	2.540.501,5	2.922.419,2	30.319.426,4	15,0%	0,9%	-7,0%
FPE	2.909.173,5	2.768.746,2	31.149.093,8	2.427.590,1	2.792.533,6	28.961.807,2	15,0%	0,9%	-7,0%
IPI-Exp	274.027,9	280.252,5	2.542.800,9	180.979,9	230.218,3	1.815.442,1	27,2%	-17,9%	-28,6%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
OUTUBRO	+ 6 %	+ 15 %	+ 6 %	+ 15 %	+ 17 %	+ 27 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	NOV/OUT	DEZ/NOV	JAN/DEZ
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 45,0 %	- 1,0 %	- 2,0 %
IPI - EXP	- 11,0 %	+ 21,0 %	-5,0 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/09/2009 a 20/10/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
SET/3º DEC	1.831.694	6.381.792	8.213.486	OUT/1º DEC	1.412.720	1.478.428	146.536	<b>3.037.683</b>
OUT/1º DEC	584.812	1.229.782	1.814.594	OUT/2º DEC	312.110	326.627	46.785	<b>685.522</b>
OUT/2º DEC	461.222	5.746.358	6.207.581	OUT/3º DEC	1.067.704	1.117.365	36.898	<b>2.221.966</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.877.728</b>	<b>13.357.932</b>	<b>16.235.661</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.792.534</b>	<b>2.922.419</b>	<b>230.218</b>	<b>5.945.171</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;
- No demonstrativo acima está incluída a reclassificação no código 0754 (Receita Dívida Ativa IRPJ - DJE) do valor de depósito judicial - Dívida Ativa, arrecadado originalmente no código 7525, em 30/09/2009, no valor de R\$ 324.996.552,09 - os repasses correspondentes foram efetuados em 28/10/2009;
- No demonstrativo acima também está incluída classificação dos depósitos judiciais da Lei 9.703/98, arrecadados no período de 11 a 20 de outubro de 2009, nos códigos de IR e IPI, no valor total de R\$ 1.771.013.446,80, dessa arrecadação, R\$ 645.770.941,35, foi classificado por estimativa ( Portaria MF nº 232, de 20/05/2009) e R\$ 1.125.242.505,45, corresponde à classificação definitiva - os repasses correspondentes foram efetuados em 29 e 30/10/2009.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	15.230,0	95.532,6	32,8
ALAGOAS	AL	69.203,5	116.172,2	681,1
AMAZONAS	AM	40.984,6	77.922,9	2.772,2
AMAPÁ	AP	10.195,3	95.281,2	216,1
BAHIA	BA	265.650,8	262.392,0	15.455,8
CEARÁ	CE	151.879,5	204.885,4	2.042,1
DISTRITO FEDERAL	DF	4.771,8	19.274,1	228,4
ESPIRITO SANTO	ES	50.244,4	41.888,0	9.443,1
GOIÁS	GO	105.816,3	79.394,5	3.648,1
MARANHÃO	MA	121.441,4	201.570,7	2.377,9
MINAS GERAIS	MG	382.972,8	124.393,4	27.684,1
MATO GROSSO DO SUL	MS	44.360,9	37.196,5	1.544,6
MATO GROSSO	MT	53.867,6	64.448,9	2.713,6
PARÁ	PA	106.144,4	170.679,7	10.689,8
PARAÍBA	PB	94.144,8	133.731,6	484,9
PERNAMBUCO	PE	146.529,1	192.690,4	1.414,3
PIAUI	PI	75.000,5	120.676,5	66,7
PARANÁ	PR	199.698,6	80.514,3	22.081,0
RIO DE JANEIRO	RJ	85.904,1	42.661,5	36.417,7
RIO GRANDE DO NORTE	RN	72.256,8	116.669,3	385,5
RONDÔNIA	RO	26.481,3	78.626,6	719,9
RORAIMA	RR	18.303,4	69.274,4	11,0
RIO GRANDE DO SUL	RS	198.054,0	65.758,6	27.052,8
SANTA CATARINA	SC	113.358,8	35.738,8	15.735,0
SERGIPE	SE	42.323,1	116.038,2	201,0
SÃO PAULO	SP	386.301,0	27.925,3	46.043,7
TOCANTINS	TO	41.300,3	121.196,0	75,2
<b>TOTAL</b>		<b>2.922.419,2</b>	<b>2.792.533,6</b>	<b>230.218,3</b>

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa  
 Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026  
 Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br